

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

1. Considera-se criança, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) a pessoa com até seis anos de idade incompletos.
- b) a pessoa com até dez anos de idade incompletos.
- c) a pessoa com até doze anos de idade incompletos.
- d) a pessoa com até dezoito anos de idade incompletos.

2. Em 2017, foi publica a Lei nº 13.431, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente yítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069/1990. Esta lei trata:

- a) da Lei que instituiu a Escuta Especializada.
- b) da Lei que instituiu a Medida socioeducativa.
- c) da Lei que instituiu a Liberdade Assistida.
- d) da Lei que instituiu a Prevenção as Drogas.

3. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades de atendimento governamentais e não-governamentais **NÃO** serão fiscalizadas:

- a) Pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) Pelo Poder Judiciário.
- c) Pelo Ministério Público.
- d) Pelo Conselho de Direitos - CMDCA.

4. Considera-se adolescente, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) a pessoa com até seis anos de idade incompletos.
- b) a pessoa com até dezoito anos de idade incompletos.
- c) a pessoa com até quinze anos de idade incompletos.
- d) a pessoa com até doze anos de idade incompletos.

5. A garantia de prioridade expressamente estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente compreende:

- a) possibilidade de receber conforto e estímulo em algumas circunstâncias.
- b) precedência de atendimento nos estabelecimentos privados de recreação.
- c) preferência no atendimento nos estabelecimentos bancários e no comércio.
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

6. Conforme estabelece expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, as decisões do Conselho Tutelar, a pedido de quem tenha legítimo interesse, somente poderão ser revistas:

- a) pelo Procurador do Município.
- b) pelo Ministério Público do Trabalho.
- c) pelo Ministério da Justiça.
- d) pela Autoridade Judiciária.

7. Ainda com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o artigo 18 traz a seguinte redação: *É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante...*

Complete o texto trazido acima:

- a) impetuoso ou imoral.
- b) destrutivo ou desigual.
- c) construtivo e libertador.
- d) vexatório ou constrangedor

8. Implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral. Assinale a alternativa correta:

- a) Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 (Lei que instituiu a Escuta Especializada)
- b) Lei nº 14.548, de 18 de janeiro de 2012 (Lei Infância e Juventude)
- c) Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Lei Infância e Juventude)
- d) Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Lei da Primeira Infância)

09. Quais são os órgãos municipais de política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente

- a) Programa de Saúde da Família.
- b) Conselho Estadual de Assistência Social.
- c) Conselho Estadual da Juventude.
- d) Entidades governamentais e não-governamentais registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

10. De acordo com a Lei 2.124/2009, fica o Conselho Tutelar obrigado a utilizar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência.

- a) SIPIA
- b) SISVAN
- c) e-Sic
- d) SIAFI

11. Leia o texto abaixo:

A professora Sibeles estava preocupada com o comportamento de uma de suas alunas de 8 anos, matriculada na turma do 3º ano do ensino fundamental. A referida aluna apresentava muitos problemas de indisciplina e violência escolar, se desentendendo constantemente com colegas e professores. Apesar dos esforços da professora para convocar os pais e/ou responsáveis, eles nunca iam à escola e nem retornavam suas ligações. Um dia, a professora repreendeu a estudante em frente a turma e disse que se os pais não fossem à escola, ela iria fazer uma denúncia para o conselho tutelar para que tirasse a guarda da criança de seus pais.

De acordo com o texto acima, assinale a alternativa que interpreta CORRETAMENTE a ação da professora à luz do ECA:

- a) A professora agiu corretamente, pois a criança, ao ser agressiva e desrespeitosa, tira o direito das demais crianças a um ambiente que propicie a boa convivência e favoreça boas relações de ensino e aprendizagem.
- b) A professora agiu corretamente, pois é função do conselho tutelar zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, dentre eles o direito de a criança ser criada por pais diligentes.
- c) A professora agiu de forma inadequada, pois, ao utilizar o conselho tutelar como instrumento de coerção, pode ter inculcado nas crianças o receio e o medo de um órgão que tem como principal função ser garantidor de seus direitos.
- d) A professora agiu corretamente, pois a criança precisa de limites e de autoridade, e se os pais e/ou responsáveis não tomam iniciativa nesse sentido, o conselho tutelar é o órgão que tem autoridade legal para fazê-lo.

12. Qual é o papel do Conselho Tutelar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente?

- a) Receber denúncias de violações dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- b) Atender as demandas da população em relação aos direitos da infância e da adolescência.
- c) Mediar conflitos familiares que envolvam crianças e adolescentes.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

13. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, quais são as principais formas de violência contra crianças e adolescentes?

- a) Violência física, sexual e psicológica.
- b) Negligência, exploração e abandono.
- c) Discriminação e violência institucional.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

14. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que é necessário para adotar?

- a) Podem adotar apenas mulheres, maiores de 21 anos, casadas.
- b) Podem adotar pessoas maiores de 21 anos, independentemente do sexo e do estado civil (solteiros, viúvos, separados, divorciados, em união estável ou casados).
- c) Podem adotar pessoas maiores de 18 anos, independentemente do sexo e do estado civil (solteiros, viúvos, separados, divorciados, em união estável ou casados).
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

15. A Lei Henry Borel, também conhecida como Lei Henry, foi criada em homenagem a uma criança vítima de um caso de violência no Brasil. Qual é o objetivo principal dessa lei?

- a) Estabelecer medidas mais rigorosas para punir crimes de violência doméstica contra crianças.
- b) Criar diretrizes para a prevenção e combate ao abuso infantil.
- c) Garantir maior proteção e assistência às vítimas de violência doméstica.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

16. O Conselho Tutelar foi criado quando da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, assumindo funções que o antigo Juizado de Menores assumia. Nesse sentido, em relação à sua natureza e função, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelos direitos da criança e do adolescente.
- b) Os membros do Conselho Tutelar devem ser maiores de 21 anos, residir no município e ser de reconhecida idoneidade moral.
- c) O Conselheiro Tutelar é escolhido por votação municipal realizada a cada 10 anos, podendo o conselheiro reeleger-se quantas vezes forem possíveis.
- d) O Conselho Tutelar pode enviar representações de caráter jurídico ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

17. A Lei Menino Bernardo, também conhecida como Lei da Alienação Parental, recebeu esse nome em homenagem a uma criança vítima de um caso de alienação parental no Brasil. Qual é o principal objetivo dessa lei?

- a) Estabelecer medidas para proteger crianças e adolescentes contra a alienação parental.
- b) Criar diretrizes para a conscientização e prevenção da alienação parental.
- c) Punir de forma mais rigorosa os responsáveis por praticar a alienação parental.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

18. Qual o objetivo principal do estatuto da criança e do adolescente.

- a) garantir a proteção e a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- b) regular as relações de trabalho entre crianças e adolescentes.
- c) estabelecer a maioria penal para os adolescentes infratores.
- d) definir os direitos dos pais sobre seus filhos.

19. Segundo o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante à Informação, Cultura, Esportes, Diversões e Espetáculos, é correto afirmar que:

- a) toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos independentemente de classificação de faixa etária.

- b) as emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infantojuvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.
- c) as revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes não poderão ser comercializadas em bancas de jornais ou livrarias abertas ao público em geral.
- d) as editoras cuidarão para que as revistas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas não sejam comercializadas ao público infantojuvenil, sob pena de multa e apreensão do material.

20. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, a ação de natureza disciplinar que seja aplicada com o uso da força física sobre a criança e resulte em lesão é definida como castigo

- a) violento.
- b) desumano.
- c) vexatório.
- d) físico.

21. Sobre o direito à vida e à saúde, efetivamente previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- a) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação ao hospital de sua escolha, durante toda a gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, conforme disponível no município.
- b) Incumbe ao poder público e a toda sociedade proporcionar assistência psicológica e social à gestante e à mãe, exclusivamente no período pré-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- c) Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, sem englobar os grupos de apoio à amamentação.
- d) O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária.

22. A Lei nº 8.069/1990, denominada Estatuto da Criança e Adolescente, prevê nas disposições preliminares quais os direitos da criança e do adolescente, sendo CORRETO afirmar que a criança e o adolescente.

- a) têm direitos fundamentais restritivos. Por esse motivo, elabora-se uma legislação específica denominada Estatuto da Criança e Adolescente para regular quais os direitos e deveres a serem cumpridos e respeitados.
- b) têm acesso parcial aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, em que a criança e o adolescente, por estarem em fase de desenvolvimento, necessitam de legislação especial para acesso e proteção social.
- c) gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto da Criança e Adolescente, sendo assegurado por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- d) serão assim considerados, para os efeitos do Estatuto da Criança e Adolescente, se tiverem até treze anos e entre quatorze e dezoito anos, respectivamente.

23. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual é o procedimento que deverá ser adotado pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental nos casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, e os casos de elevados níveis de repetência?

- a) Encaminhar ao Ministério Público, para a devida advertência ao aluno.
- b) Notificar a secretaria da escola, para devido registro no livro de ocorrências.
- c) Registrar no diário de classe, para posterior notificação ao Conselho Escolar.
- d) Comunicar ao Conselho Tutelar.

24. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece ser assegurada, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Assim, Oficial da Infância e Juventude orientou os

profissionais da saúde de um hospital particular sobre o dever que possuem de respeitar tal princípio, quando do atendimento de crianças e adolescentes na emergência.

A orientação do Oficial da Infância e Juventude, nessa hipótese, está:

- a) correta, porque a prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro;
- b) incorreta, pois a prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro apenas na rede pública;
- c) incorreta, já que a prioridade abrange a precedência de atendimento nos serviços de relevância pública;
- d) incorreta, pois inexistente prioridade, quando não há destinação privilegiada de recursos públicos;

25. No que diz respeito à família natural, de acordo com o ECA, assinale a afirmação verdadeira.

- a) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela formada mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente que a criança se apresente.
- b) Entende-se por família extensa ou ampliada a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes e ascendentes.
- c) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- d) Entende-se por família natural aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos até a 6ª geração, com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

26. É da competência dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

- a) atribuir aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente a atividade fiscalizatória sobre as entidades que executam programas socioeducativos em regime de internação.
- b) indicar o Conselho Tutelar para a condução do adolescente autor de ato infracional à Delegacia Especializada.
- c) indicar o Ministério Público como destinatário de notícia de fato que constitua infração administrativa contra os direitos da criança ou do adolescente, inclusive violência institucional.
- d) atribuir ao Centro Especializado de Assistência Social a execução da medida socioeducativa de semiliberdade

27. Assinale a alternativa que apresenta uma das linhas de ações da política de atendimento, conforme descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- a) Serviço de identificação e localização de pais, responsáveis crianças e adolescente desaparecidos.
- b) Criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político – administrativa.
- c) Manutenção dos fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente
- d) Mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

28. Em conformidade com o descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa que apresenta uma obrigação das entidades que desenvolvem programas de internação.

- a) Manter a biblioteca com razoáveis números de livros, propiciando aos adolescentes condições de pesquisas escolares.
- b) Oferece cursos na área de informática para adolescentes em gestação.
- c) Fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes internados.
- d) Organizar palestras, eventos e shows envolvendo a comunidade local com vistas a indicar famílias substitutas aos internados

29. Considerado o ECA, assinale a alternativa INCORRETAMENTE relacionada às medidas de proteção.

- a) Advertência
- b) Inclusão em programa de auxílio

- c) Orientação
- d) Colocação em família substituta

30. Quando à medida protetiva de internação, assinale a alternativa de acordo com o ECA.

- a) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo, a cada 5 anos.
- c) O período mínimo de internação será de dez anos
- d) A liberação será compulsória aos vinte e oito anos de idade

31. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a medida socioeducativa de internação:

- a) Deve ser aplicada a criança e adolescentes que cometem atos infracionais graves e sem familiares.
- b) É prerrogativa dos Conselhos Tutelares encaminhar para a internação compulsória diante de situações de violação de direitos de crianças e adolescentes;
- c) É a medida mais adequada para adolescentes que apresentem distúrbios psicológicos, sociais e tendências violentas;
- d) Só deve ser aplicada a adolescentes diante de infração que caracterize grave ameaça ou violência a pessoa;

32. Considerando os direitos do adolescente privado de liberdade, como estabelecidos no ECA, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada
- b) Realizar atividades culturais, esportivos e de lazer.
- c) Receber escolarização e profissionalização.
- d) Acessar os meios de comunicação, exceto nos casos de determinação da incomunicabilidade.

33. De acordo como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- a) A medida socioeducativa de advertência consiste em um documento por escrito, lido para adolescente em audiência e assinado posteriormente
- b) O orientador do adolescente em liberdade assistida deve controlar sua frequência à escola e seus resultados escolares.
- c) O prazo mínimo para o regime de liberdade assistida e de 5 anos.
- d) O prazo máximo para o regime de semiliberdade e de 10 anos

34. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90 inaugura uma nova concepção dos direitos das crianças e dos adolescentes que se opõe à visão do menor em situação irregular presente nos códigos anteriores. À luz do ECA, acerca desses sujeitos sociais, assinale a afirmativa correta.

- a) São sujeitos carentes e vulneráveis e na ausência da proteção familiar cabe ao Estado a provisão da vida.
- b) São sujeitos em processo de formação a o Estado tem que garantir condições para o seu plano desenvolvimento.
- c) São sujeitos moralmente vulneráveis e, portanto, passíveis de correção através da educação para o trabalho.
- d) São pessoas social e psicologicamente frágeis que devem se submeter à norma e à tutela da família e do Estado.

35. Relativamente às Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se criança a pessoa com até doze anos completos, e adolescente aquele que entre treze a dezoito anos de idade incompleto
- b) Nos casos em que a lei determinar, deverá ser constantemente aplicado o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre dezenove e vinte anos de idade.

- c) A garantia de prioridade para o adolescente compreende a primazia da formulação das políticas sócias públicas para o lazer
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e a juventude.

36. A Lei n. 8.069, de 13/06/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece no art.53 que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes, exceto:

- a) Direito de organização e participação em entidades estudantis
- b) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
- c) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer as instancias escolares superiores;
- d) Ciência do progresso pedagógico, bem como participação na definição das propostas educacionais.

37. Entre os direitos ligados à educação, assegurados à criança e ao adolescente, pelo ECA, destaca-se, entre outros, o de:

- a) Escola próxima ao seu local de trabalho
- b) Transferência para qualquer escola pública da sua cidade
- c) Até 30% de infrequência aos dias letivos, desde que tenha desempenho escolar.
- d) Igualdade de condições para acesso e permanência na escola

38. Conforme a Lei N. 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 12, estabelece que:

- a) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- b) A criança e ao adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
- c) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- d) Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou de um responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

39. O direito à convivência familiar, prevista no ECA, para todas as crianças e adolescentes, baseia-se nos pressupostos a seguir, à exceção de um. Assinale

- a) A intervenção do Estado será prioritariamente voltada para a orientação e o apoio de promoção social da família natural.
- b) A reintegração da criança e do adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência de atendimento.
- c) Na impossibilidade de permanência na família de origem, a criança e o adolescente serão colocados sob adoção, tutela ou guarda.
- d) A inclusão de criança ou adolescente em programas de acolhimento institucional terá preferência no caso da ausência da família natural.

40. A Lei Federal n. 8.069/90 institui direitos fundamentais às crianças e aos adolescentes de todo o Brasil. O artigo 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reitera dois princípios básicos consagrados na Constituição Federal. O primeiro diz respeito ao direito de todos os brasileiros à saúde, e o segundo aborda a forma como tal direito, uma vez assegurado, deve ser exercido. De acordo com o referido artigo: “É assegurado atendimento _____ da criança e do adolescente, por intermédio _____, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e _____.”



Indique a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto

- a) Integral à saúde ... do Sistema Único de Saúde ... recuperação da saúde
- b) Especializado ... de Clinicas particulares conveniadas ... vigilância sanitária
- c) Psicólogo e psiquiátrico ... de Ambulatórios de Saúde Menta l... prevenção médica
- d) Nutricional ... das Unidades Essências de Saúde... cuidados especiais